



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12679 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

A SUPRESSÃO DO PROFESSOR INTELECTUAL E CRÍTICO NO PROGRAMA “PROFESSOR MENTOR” DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE ALAGOAS

Sayarah Carol Mesquita dos Santos - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

A SUPRESSÃO DO PROFESSOR INTELECTUAL E CRÍTICO NO PROGRAMA “PROFESSOR MENTOR” DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE ALAGOAS

Resumo:

O objetivo deste texto é identificar as principais características do Programa Professor Mentor da Rede Estadual de Ensino de Alagoas, implementado em 2021, refletindo acerca das consequências para os trabalhadores docentes. Para essa finalidade, utilizou-se o estudo documental a partir da normatização orientadora do programa elaborado pela SEDUC/AL. Constata-se que o referido programa, direcionado pelo Projeto de Vida do Novo Ensino Médio, representa e aprofunda o processo de apagamento do caráter intelectual, crítico e reflexivo que o professor essencialmente deve ter; em contrapartida, eleva-se o caráter técnico e instrumental da docência.

Palavras-chave: Programa Professor Mentor, Projeto de Vida, Novo Ensino Médio, Alagoas.

Introdução

Diante de um contexto de reformas empresariais na educação, do aumento dos processos de privatização, do receituário das competências e habilidades e do fomento do professor proativo, multifuncional e tecnológico, perguntamo-nos: que tipo de modelo docente o sistema do capital espera ter na atualidade? Temos um professor pensante, questionador e crítico do conhecimento e da realidade social ou temos um professor

instrumental e acrítico? Diante destas problemáticas, considerando a realidade educacional a partir da política do Novo Ensino Médio, indagamos quais são as implicações que o Programa Professor Mentor da Rede Estadual de Ensino de Alagoas, implementado em 2021, traz para os trabalhadores docentes?

O objetivo desta pesquisa é identificar os principais elementos que constituem o Programa Professor Mentor, Meu Projeto de Vida, da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, e explicitar as consequências para o trabalho docente, à medida que se observa a difusão do professor acrítico, técnico e burocrático do ensino de um lado e do outro, o apagamento do professor crítico e reflexivo.

Desta forma, utilizou-se a pesquisa documental na análise do documento orientador do Programa Professor Mentor, Meu Projeto de Vida do estado de Alagoas, destacando as principais características e implicações na docência. Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p. 169), a análise documental considera como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação, que “podem nos dizer muita coisa sobre os princípios e normas que regem o comportamento de um grupo e sobre as relações que se estabelecem entre diferentes subgrupos”.

Muitos estudos vêm trazendo o debate da docência no contexto do capitalismo contemporâneo, a partir dos processos de formação docente pela pedagogia das competências, cuja lógica é fomentar a formação pelo saber fazer (BAZZO; SCHEIBE, 2019), política de *accountability* (responsabilização) sob os docentes para atingir metas e resultados, conforme os parâmetros empresariais (FREITAS, 2018), formação instrumental e flexível alinhada ao processo de acumulação flexível do capital que visa formar sujeitos adaptados e preparados para as condições agravantes e precárias do mercado flexível (KUENZER, 2020), desprofissionalização e precarização do magistério (OLIVEIRA, 2018). Estes são alguns dos elementos que vem norteando a formação e o trabalho docente na atualidade histórica.

Nesse sentido, a política do Novo Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017 no governo antidemocrático de Temer, estabeleceu uma série de mudanças curriculares e organizacionais, como a ampliação da carga horária, currículo flexibilizado, itinerários formativos, itinerário técnico-profissional, notório saber, Projeto de Vida, entre outros elementos que, em síntese, corroboram para a precarização do ensino, acentua as desigualdades educacionais e desvaloriza o magistério. Nessa seara, os estados brasileiros foram reconfigurando seus currículos em virtude dessa política, implementando ações e programas alinhados à cartilha do currículo flexível do Ensino Médio. Sendo assim, o estado de Alagoas criou o Programa Professor Mentor direcionado pelo chamado Projeto de Vida, que entra nas escolas como parte integrante dos itinerários formativos.

Professor Mentor, Meu Projeto de Vida: consequências para a docência

De acordo com Hypolito, Vieira e Pizzi (2009), a combinação das reformas neoliberais na educação mais os processos de reestruturação produtiva, com a imposição do mercado flexível e cada vez mais financeirizado, tem trazido “modificações para o trabalho docente em termos de maior ou menor controle sobre o trabalho pedagógico, maior ou menor autonomia do professorado sobre o seu fazer e pensar” (HYPOLITO; VIEIRA; PIZZI, 2009, pp. 100-101), afetando profundamente a educação, ao disseminar ainda mais as finalidades empresariais do projeto neoliberal, como a noção de qualidade total, que repercute na ideia de competição, meritocracia, eficiência e resultados próprios da gerência capitalista. Esta lógica se insere diretamente na etapa do Ensino Médio a partir das suas novas reformulações, ecoando na implementação de programas que incidem na formação dos estudantes e na perspectiva de docência que se espera obter.

O Programa Professor Mentor implementado pela SEDUC/AL, em 2021, alinha-se ao Novo Ensino Médio e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tendo o foco de elevar o protagonismo estudantil através da construção do Projeto de Vida dos estudantes, a partir de eixos estruturantes, onde o professor tem a função de acompanhar de perto o desenvolvimento do aluno, considerando as mudanças no currículo e na BNCC (ensino por competências, flexibilidade curricular, escolha estudantil etc.). O desenvolvimento do programa se pauta nas competências socioemocionais que devem ser “trabalhadas de acordo com as competências gerais da BNCC, que visam a Educação Integral dos estudantes, levando-os a ‘tomar decisões e enfrentar situações adversas ou novas’ auxiliando no seu Projeto de Vida” (ALAGOAS, 2022, p. 4).

Quanto às atribuições do Professor Mentor, que recebe uma bolsa de R\$1.500,00 com dedicação de 20 horas semanais, destaca-se o preenchimento e atualização do dossiê do aluno; realização do levantamento do rendimento dos estudantes para auxiliar no plano de recomposição da aprendizagem; desenvolvimento de ações nos eixos estruturantes (recomposição e apoio na aprendizagem, engajamento e território, competências socioemocionais, diversidades e família); validação das bolsas dos estudantes monitores que também atuam no programa junto com o professor mentor e orientação para os alunos no preenchimento de seu Projeto de Vida (ALAGOAS, 2022). O Projeto de Vida é entendido como um processo de “planejamento no qual os indivíduos se conhecem melhor, identificam seus potenciais, interesses e paixões e estabelecem estratégias e metas para alcançar os seus próprios objetivos e atingir a sua realização em todas as dimensões” (ALAGOAS, 2022, p. 8).

Com base em Cêa e Reis (2022), o Projeto de Vida como componente curricular da rede estadual de ensino de Alagoas, ancora-se no campo da Psicologia Cognitiva e das competências socioemocionais, cuja finalidade é enveredar pela difusão dos objetivos neoliberais e empresariais de pensar a formação dos estudantes, centrando-se no individualismo, na competição e na produtividade.

A partir das funcionalidades do professor no programa, observa-se, em linhas gerais, que a finalidade é difundir o Projeto de Vida dos estudantes que o Novo Ensino Médio

legítima através do docente, como uma figura que tem o papel de conduzir e orientar a vida escolar para além do âmbito da sala de aula e dos conteúdos ensinados. Contudo, duas questões se colocam em relação ao programa.

A primeira é que pelos objetivos para os professores, estes passam a exercer ações de carácter burocrático como um administrador do ensino e não um professor pensante e crítico que incentiva a capacidade de criticidade dos alunos e sua atuação para as mudanças da realidade social, a exemplo do preenchimento de dossiês sobre os alunos e da validação das suas bolsas, quando estas funções, geralmente, são feitas pelas secretarias escolares e coordenação pedagógica. A segunda questão é que estas atribuições acabam elevando a carga horária de atividades burocráticas, somadas com as demandas já existentes na sala de aula, como o preenchimento de cadernetas, relatórios, planejamento etc. O apontamento que se coloca é: Onde está o professor reflexivo, crítico e intelectual? Neste programa, esse professor passa a ser suprimido em virtude de um professor que saiba gerenciar, administrar e produzir resultados pelos resultados, sem qualquer análise crítica e perspectiva de formação enraizada na organicidade dos conhecimentos.

Essa lógica de impulsionar a docência para o carácter instrumental, gerencial e focado no alcance de resultados quantitativos, é defendida pelos reformadores empresariais da educação (FREITAS, 2018) e é disseminada nas políticas e programas até o “chão da escola”, quando os docentes passam a ser responsabilizados em seu trabalho por metas de rendimento, tornando a prática pedagógica e de ensino cada vez mais ditada pelos parâmetros do mercado, que, por sua vez, não quer um docente crítico, pensante, reflexivo, atuante e transformador.

Nessa perspectiva, Ferreira (2017, p. 297) aponta que o Ensino Médio vem se constituindo em um campo de disputas políticas, e uma reforma estabelecida pode “atender a objetivos antagônicos, que tanto podem ter compromisso com uma formação crítica e reflexiva quanto reforçar uma formação aligeirada e/ou reducionista”. No caso da política do Novo Ensino Médio, a formação passa a ter o carácter reducionista nas possibilidades de acesso aos mais diversos conhecimentos, com uma escolarização empobrecida de conteúdos escolares, achatando ainda mais o pensamento crítico que determinadas ciências impulsionam, como as Ciências Humanas e Sociais o fazem. E isto incide na concepção e prática da formação e do trabalho dos docentes, pois já não é mais necessário a reflexividade, o pensamento e a crítica, bastam as competências para saber agir, fazer e se adaptar. Nesse sentido, o Programa Mentor é representativo do processo de desintelectualização da docência.

Para Franco e Pimenta (2012), o trabalho do professor é intelectual e não técnico executor, acrescido do fato de que o trabalho docente deve valorizar os processos de reflexão na ação e de reflexão sobre a reflexão na ação, numa construção dialética entre teoria, reflexão e prática constantemente. Esse processo deve constituir a docência, fazendo parte do fazer e ser professor. Entretanto, o que se evidencia no referido programa (que se adequa às políticas de reestruturação da profissão docente diante da BNCC) é o caminho no sentido oposto da valorização do docente enquanto sujeito intelectual, pois restringe suas ações pedagógicas à

instrumentalidade e tecnicidade.

Considerações finais

É possível considerar que o Programa Professor Mentor, Meu Projeto de Vida, implementado pela SEDUC/AL, representa e impulsiona o processo de instrumentalização e desintelectualização da função docente. A partir da política do Novo Ensino Médio que intensifica os processos de empresariamento e privatização da educação, o professor passa a ser visto mais como um gerencialista e técnico do ensino, que preza pelo saber fazer, pelas metas e resultados, do que um professor que deveria ser essencialmente um sujeito intelectual, pensante e reflexivo, que ao invés de promover uma educação mercadológica, contribuísse para uma formação humana e transformadora.

Referências

ALAGOAS. **Programa Professor Mentor Meu Projeto de Vida**: orientação e práticas inspiradoras. Maceió: Secretaria de Estado da Educação, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas, 2022.

ALVES-MAZZOTTI, Alda; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2002.

BAZZO, Vera; SCHEIBE, Leda. De volta para o futuro – retrocessos na atual política de formação docente. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 669-684, set./dez., 2019.

CÊA, Georgia Sobreira; REIS, Rosemeire. Implicações da noção de Projeto de Vida como eixo da reforma do Ensino Médio em Alagoas. *In*: KÖRBES, Cleci et al. (Orgs.). **Ensino Médio em pesquisa**. Curitiba: CRV, 2022. p. 75-86.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 293-308, abr./jun., 2017.

FRANCO, Maria Amélia; PIMENTA, Selma Garrido. (Orgs.). **Didática: embates contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas Santos; PIZZI, Laura Cristina. Reestruturação curricular e autointensificação do trabalho docente. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, p.100-112, jul./dez., 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. Sistema educacional e a formação dos trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio flexível. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 57-66, 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação da profissão docente no contexto da nova gestão pública na América Latina. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**,

